Auxílio jurídico mútuo e extradição

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000

O Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000 (MACMA) é a principal lei de cooperação com órgãos de acusação estrangeiros. O seu título completo descreve a sua finalidade como a de facilitar "a prestação e a obtenção de auxílio internacional em matéria penal". O Attorney-General é a autoridade central em ambos os sentidos: os pedidos de Singapura "só podem ser formulados pelo Attorney-General", e todo pedido de um país estrangeiro deve ser-lhe dirigido.[1]

A lei distingue dois grupos de países. Algumas formas de auxílio, como a colheita de provas, estão disponíveis para qualquer país estrangeiro. Outras, incluindo as ordens de exibição (production orders), a busca e apreensão e a execução de ordens de confisco, ficam reservadas a países estrangeiros "designados" (prescribed), que o ministro pode declarar como tais quando estiver em vigor um tratado, um memorando de entendimento ou outro acordo de auxílio. Um país não designado pode ainda assim receber determinadas formas de auxílio se se comprometer a

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

atender a um futuro pedido recíproco de Singapura.[2] A estrutura reflete a importância que Singapura atribui à reciprocidade, tema recorrente na sua diplomacia regulatória.

Motivos de recusa e dupla incriminação

O Attorney-General deve recusar um pedido numa série de casos enumerados na seção 20(1). Entre eles figuram as infrações "de caráter político", as infrações puramente militares, os pedidos formulados para prejudicar uma pessoa em razão de raça, religião, sexo, origem étnica, nacionalidade ou opinião política, os casos em que a pessoa já foi condenada, absolvida ou indultada pela mesma conduta, as infrações que "não têm gravidade suficiente" e o auxílio que seria "contrário ao interesse público". Ele pode também recusar quando o auxílio impuser um "ônus excessivo" aos recursos de Singapura ou puser em risco a segurança de qualquer pessoa.[3]

Para as formas coercitivas de auxílio, aplica-se a dupla incriminação. Um pedido de ordem de exibição, de mandado de busca ou de execução de uma ordem de confisco deve ser recusado quando a conduta "não teria constituído uma infração em Singapura" caso ali tivesse ocorrido. As subseções (4) e (5) contêm regras específicas para os crimes de evasão fiscal estrangeiros.[4] Essas disposições fazem parte das reformas por meio das quais Singapura tornou os crimes fiscais graves infrações antecedentes da lavagem de dinheiro e abriu o seu sistema bancário às autoridades fiscais estrangeiras, evolução que o capítulo II da parte E descreve.

Ordens de exibição e proteção das provas

As ordens de exibição mostram como a lei protege tanto a investigação estrangeira como as pessoas envolvidas. Um país estrangeiro designado pode pedir uma ordem que obrigue uma pessoa em Singapura a apresentar um objeto para um processo penal no exterior. Quando estiver envolvida uma instituição financeira, o pedido é dirigido à General Division da High Court. O tribunal deve estar convencido de que há motivos razoáveis para suspeitar que uma pessoa determinada praticou uma infração estrangeira ou dela se beneficiou, de que o objeto será provavelmente "de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

valor substancial" para o processo estrangeiro e não está coberto pelo sigilo profissional (legal privilege), e de que a apresentação não é contrária ao interesse público. O descumprimento sem justificativa razoável, ou a apresentação de material substancialmente falso ou enganoso, é punível com multa de até S$ 10.000 ou prisão de até dois anos.[5]

O país estrangeiro que recebe documentos deve comprometer-se a restringir o seu uso à finalidade declarada e a devolvê-los ou eliminá-los quando solicitado. Sem esse compromisso, o pedido deve ser recusado.[6] Para os bancos, essas regras significam que os documentos de clientes só saem de Singapura após uma decisão judicial. O cliente normalmente não é notificado previamente, mas a ordem assenta em constatações que o tribunal fez nos autos.

O Extradition Act 1968

A extradição é regida pelo Extradition Act 1968, que data dos primeiros anos da independência. Uma infração extraditável deve ser punível com "pena máxima de prisão não inferior a 2 anos ou qualquer pena mais grave". A lei só se aplica a um Estado estrangeiro quando o ministro assim o determina por notificação na Gazette, o que na prática pressupõe um tratado. Todo foragido proveniente desse Estado fica então sujeito a ser detido e entregue, observadas as condições da lei e do tratado.[7]

Aplicam-se as restrições clássicas. Ninguém pode ser entregue por uma infração "de caráter político", e a entrega exige que o direito do Estado requerente ou um tratado impeça que a pessoa seja julgada por outras infrações cometidas antes da entrega, o princípio da especialidade. Partes separadas tratam dos territórios da Commonwealth declarados e da Malásia. Um mandado da Malásia devidamente autenticado pode ser visado por um Magistrate e executado em Singapura, embora o Magistrate possa recusar ou adiar a entrega quando esta for injusta ou opressiva.[8] O visto de mandados é um legado da história jurídica comum de Singapura e da Malásia, descrita na parte C.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Os tratados e as lacunas entre eles

A rede de tratados de extradição de Singapura é mais restrita do que a das grandes praças financeiras europeias. Durante muitos anos, a falta de um tratado com a Indonésia foi fonte de tensão, já que empresários indonésios acusados de corrupção ou de fraude bancária após a crise financeira asiática teriam encontrado refúgio em Singapura. Um tratado de extradição foi finalmente assinado no encontro de líderes (leaders' retreat) de janeiro de 2022, juntamente com um acordo de cooperação em defesa.[9] Desde então, entrou em vigor.[10] O capítulo IV da parte I retoma as relações com os dois vizinhos próximos.

Quando não existe tratado de extradição, o auxílio jurídico mútuo e a deportação preenchem parte da lacuna. No caso de lavagem de dinheiro de 2023, os estrangeiros condenados foram deportados para o Camboja, o Japão e o Reino Unido entre maio e julho de 2024, depois de cumprirem as suas penas.[11] A deportação é uma medida administrativa sem as garantias da extradição. Não assegura que a pessoa seja julgada por eventuais infrações cometidas noutros lugares.

Cooperação entre reguladores e unidades de inteligência

O auxílio jurídico mútuo formal é apenas um dos canais. O Suspicious Transaction Reporting Office, a unidade de inteligência financeira de Singapura instituída com base na seção 5 do CDSA, pode transmitir informações a uma autoridade estrangeira correspondente quando estas possam ser relevantes para a investigação de uma infração grave estrangeira. As condições incluem um acordo com essa autoridade e compromissos de confidencialidade e de uso, incluindo o de que as informações não serão utilizadas como prova.[12] A inteligência financeira pode, assim, circular rapidamente, ao passo que as provas destinadas a um tribunal continuam a ter de percorrer o canal mais lento de um pedido formal.

A cooperação entre supervisores constitui um terceiro canal. Quando a Monetary Authority of Singapore determinou ao BSI Bank que encerrasse as suas operações em Singapura, em 24 de maio de 2016, na primeira retirada do estatuto de banco de investimento (merchant bank) desde 1984, anunciou penalidades pecuniárias de S$

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

13,3 milhões por 41 violações da MAS Notice 1014. Encaminhou seis membros da alta administração e do pessoal do banco ao Public Prosecutor e declarou que estava "trabalhando em estreita colaboração com a Autoridade Federal de Supervisão dos Mercados Financeiros (FINMA)" no encerramento ordenado.[13] Uma medida de supervisão, um encaminhamento penal e a coordenação com o supervisor de origem de um banco suíço formaram assim um único pacote, o padrão que a parte E examina em mais detalhe.

Notas

1. Mutual Assistance in Criminal Matters Act 2000, long title, ss 7 e 19(1) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩
2. MACMA, ss 16(1), 16(2)(b) e 17(1) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩
3. MACMA, s 20(1) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026); MACMA, s 20(2) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩
4. MACMA, s 20(3) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026); MACMA, s 20(4) e (5) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩
5. MACMA, s 22(1), (2) e (4) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026); MACMA, s 25 (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩
6. MACMA, s 20(2A) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩
7. Extradition Act 1968, s 2(1), definição de "extradition offence" (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026); Extradition Act 1968, ss 4(1) e 7(1) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

8. Extradition Act 1968, ss 8(1) e 8(2)(c) (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026); Extradition Act 1968, Part 5 (ss 27–30, territórios da Commonwealth) e Part 6 (ss 32–39, Malásia), em especial ss 33(1) e 36 (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩
9. Wikipedia, "Indonesia–Singapore relations" (acesso em novembro de 2026): tratado de extradição assinado no "5th Singapore–Indonesia Leader's Retreat", em janeiro de 2022, pelo qual os dois países "will grant extradition for a comprehensive list of extraditable offences"; acordo de cooperação em defesa assinado no mesmo encontro. ↩
10. Entrada em vigor do tratado de extradição entre Singapura e a Indonésia em março de 2024 e a sua aplicação retroativa a infrações cometidas até 18 anos antes. ↩
11. Wikipedia, "2023 Singapore money laundering case" (acesso em novembro de 2026): deportação de Wang Baosen e Su Wenqiang para o Camboja em 6 de maio de 2024, de Su Haijin e Su Baolin para o Camboja e de Vang Shuiming para o Japão em 1º de junho de 2024, de Zhang Ruijin, Chen Qingyuan e Lin Baoying para o Camboja em 15 de junho de 2024, de Wang Dehai para o Reino Unido em 6 de julho de 2024 e de Su Jianfeng para o Camboja em 26 de julho de 2024. ↩
12. CDSA, ss 5(1) e 48 (texto conforme reproduzido em lawplayer.com, acesso em novembro de 2026). ↩
13. MAS, "MAS directs BSI Bank to shut down in Singapore", comunicado à imprensa, 24 de maio de 2016, mas.gov.sg. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.